

ALMEIDA, M. B.; NEVES, M.E.M.; TEIXEIRA, L. M. D. *Proposta para programa de preservação de documentos de arquivo em formato digital à longo prazo do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. 2008. 244p. Relatório.

A questão da preservação de documentos de arquivo à longo prazo constitui-se em um problema que recebe atenção em todo o mundo. A importância do assunto fundamenta-se na necessidade de preservação do patrimônio cultural da humanidade, considerando o uso intensivo de documentos digitais. Mesmo para fins institucionais e comerciais existe a necessidade de manter documentos autênticos e acessíveis por um longo período, de forma a garantir direitos de cidadãos.

A dificuldade em preservar documentos digitais, amplamente disseminados na sociedade, diz respeito a volatilidade das mídias utilizadas para registro dos dados e a rápida obsolescência tecnológica. Enquanto mídias tradicionais como o papel podem durar até 500 anos, não se consegue precisar com exatidão por quanto tempo dados podem ser mantidos em mídias ópticas e magnéticas. Os documentos são também dependentes do formato dos arquivos digitais, os quais dependem de *softwares* e do *hardware*. Mudanças constantes na tecnologia tornam incerta a possibilidade de acessar dados registrados em formato digital à longo prazo.

Em vista dessa situação cabem ações imediatas, de forma a prever e a reduzir os efeitos da dificuldade na preservação digital. Para orientar e coordenar as iniciativas nesse sentido no Estado de Minas Gerais, a SEPLAG-Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão planeja um PPD-*Programa de Preservação Digital*, do qual este documento é uma primeira iniciativa. O PPD tem por objetivo principal organizar as funções para a implementação de ações, no sentido de garantir a preservação de documentos em formato digital.

O PPD, desenvolvido por professores da ECI-Escola de Ciência da Informação, objetiva especificar os requisitos, descrever a organização do programa em alto nível e os principais conceitos envolvidos em cada um dos módulos componentes. Os módulos são representados por *documentos normativos* que dispõem sobre as principais questões de preservação à longo prazo de documentos digitais. Tomados em seu conjunto, tais documentos normativos possibilitam a implantação e controle do programa. São eles um *manual* e um *conjunto procedimentos*, os quais tratam assuntos relevantes para a preservação. Os documentos normativos são: i) Manual do PPD; ii) Requisitos para projeto, implementação e manutenção de registros digitais; iii) Avaliação de registros em formato digital para preservação a longo prazo; iv) Seleção de registros digitais para preservação permanente; v) Acesso a registros digitais preservados; vi) Recuperação de registros digitais preservados;

vii) Auditoria e controle de repositórios digitais; viii) Formatos para registros digitais; xix) Auditoria e verificação do programa de preservação.

As funções descritas no PPD têm assim um perfil gerencial e arquivístico: o programa não propõe uma solução tecnológica, apesar de tratar de questões relacionadas, como por exemplo, formato de arquivos digitais, estratégias de preservação, etc. Cada documento que compõem o programa está organizado da seguinte forma: i) *descrição*: o escopo da função; ii) *controles*: especificam condições exigidas; iii) *mecanismos*: possibilitam a consecução das atividades em si, identificando os meios para execução; iv) *entradas*: dados a processar; v) *saídas*: os próprios resultados. As funções do PPD, assim compostas por descrições, controles, mecanismos, entradas e saídas, são entrelaçadas, formando uma teia de atividades interdependentes que devem ser observadas a partir de um ponto de vista sistêmico.

Mauricio Barcellos Almeida
Marta Eloisa Melgaço Neves
Professores da Escola de Ciência da Informação da UFMG

Livia Marangon Duffles Teixeira
Aluna de mestrado do PPG-CI da Escola de Ciência da
Informação da UFMG